

Pub

Entrevista  
a Vitorino  
Magalhães  
Godinho:  
"Não sou  
pessimista"

Entrevista **Pacheco Pereira**  
e **Paulo Morgado**

Lei oferece  
demasiadas  
garantias  
no combate  
à corrupção

Págs. 22 e 23



# balanço & contas

Parceria



[ PAULO MORGADO AUTOR DO LIVRO “O CORRUPTO E O DIABO” E PACHECO PEREIRA PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

## “Lei oferece demasiadas garantias no combate à corrupção”



**Portugal é ou não um país de corrupção? Este seu livro é um exercício de suspeição ou de denúncia?**

**PAULO MORGADO (PM)** - O exercício que faço não é de suspeição nem de denúncia, mas de pedagogia ou de cidadania. Há uma coisa que é certa: Portugal não é dos países mais competentes na Europa, aparece na cauda de muitas estatísticas a nível europeu. A minha tese é: se Portugal não é dos países mais competentes, significa que terá de haver muitos incompetentes em lugares críticos para o andamento do País, quer na parte pública, quer na privada.

**Há uma correlação entre corrupção e competência?**

**PM** - Só há duas formas de um incompetente chegar a um lugar crítico: por ligações familiares, que penso não se coloca ao nível do Estado, ou pelo compadrio, pela corrupção, pelo amiguismo. Se combatermos o fenómeno da corrupção, estaremos

a fazer com que regras de mercado funcionem, o que diminui a probabilidade de colocar um indivíduo incompetente num lugar crítico.

**As áreas identificadas no livro, como a administração pública, o jornalismo, a política, o mundo empresarial e a justiça, são as que o autor coloca no quinto fosso do oitavo círculo do inferno?**

**JOSÉ PACHECO PEREIRA (JPP)** - Vivemos numa sociedade que ainda não rompeu os laços com um mundo essencialmente clientelar e patriarcal. Desde mais baixo até acima, existe, de facto, uma corrupção generalizada no sistema. Todos os portugueses conhecem o papel da cunha, sabem o papel dos pedidos, sabem o papel dos subornos. Como é muito difícil atravessar a rede burocrática, há sempre alguém que ajuda. Se tivéssemos sistemas mais simples, tal não sucederia.

**Há terreno fértil para situações ilegais.**

**JPP** - Quando se fala de corrupção,

as pessoas lançam sempre o desafio para que a mesma se prove. Basta andar pela rua. Como é possível que se tenha construído um determinado edifício num sítio impensável? Como é possível que um terreno classificado como agrícola subitamente tenha uma urbanização? Como é possível uma obra custar dez vezes mais do que deveria ter custado? Basta andar pelo País para perceber múltiplas formas em que sabemos que não há transparência, pelo que teve que haver favores, teve que haver patrocínio e, em muitos casos, corrupção.

**Nesses casos não é uma questão de falta de transparência, uma vez que a prova está à vista. Não será mais um problema de impunidade?**

**JPP** - É também um problema de impunidade. Mas, por exemplo, o jornalista que queira investigar encontra imediatamente uma Administração Pública opaca. Tem muita dificuldade em encontrar os instrumen-

tos de que necessita para saber o que aconteceu. Em relação a muitas coisas que dizem respeito ao espaço público, não há razão para que não exista completa transparência.

**É um País, como se costuma dizer uma economia pequena e aberta, e numa cultura fechada, e isso não favorece a auto-regulação.**

**JPP** - O país precisava de abrir. Não sucederá enquanto não tiverem uma cultura efectiva de competição julgada pelo mérito. Isso é difícil quando as chefias, mesmo na administração pública, são politizadas

**O “Diabo” do livro irrita-se sempre se fala em transparência. Também considera que esta é uma das razões de abertura implícita a práticas de corrupção.**

**PM** - Quem está na Administração Pública – não apenas no Estado, também nas empresas que têm contratos públicos e nos institutos – devia ser obrigado a prestar contas, à

”

Todos os portugueses conhecem o papel da cunha, sabem o papel dos pedidos e dos subornos.

Pacheco Pereira

O lançamento do livro "O Corrupto e o Diabo", na véspera do Dia Internacional contra a Corrupção, foi o pretexto para juntar à conversa Paulo Morgado, o seu autor, e o historiador José Pacheco Pereira. **Sérgio Figueiredo**



## Finanças inaugura exposição contra a corrupção

Na véspera do Dia internacional contra a corrupção, que se assinala a 9 de Dezembro, o Ministério das Finanças inaugurou uma exposição subordinada ao tema "Contra a Corrupção: Integridade e Transparência".

A iniciativa, que conta com a participação conjunta da Polícia Judiciária, da Direcção-Geral dos Impostos e da Inspeção-Geral das Finanças, pretende "sensibilizar o público para as consequências da corrupção, através de uma mensagem de prevenção acompanhada de um apelo à cidadania responsável e participativa".

A exposição estará patente no átrio do Ministério das Finanças, na Praça do Comércio, e reflecte os conteúdos de uma brochura publicada há poucos meses pelos três organismos. O ministro das Finanças, que prefacia o trabalho, diz tratar-se de um importante meio de divulgação e denúncia da corrupção, das formas pelas quais ela se manifesta e dos objectivos, estratégia e resultados de combate ao fenómeno.



• **Polícia Judiciária**  
Carlos Cabreiro, Augusto Oliveira, Manuela Santos, Patrícia Silveira  
• **DGCI**  
José Gomes dos Santos, José Neves, Lourinço Lopes, Patrícia Carvalho, Soledade Borges  
• **IGF**  
António Farinha Simão

”

Ao mesmo tempo que há, aparentemente, um maior escrutínio da acção política, assistimos ao facto de as decisões mais importantes, que envolvem negócios com milhões, serem deslocadas para áreas que não são escrutinadas. Porque são informais.

**Pacheco Pereira**

forma analítica, vai ter pouca disponibilidade mental para, ainda por cima, colocar no meio um fenómeno de favorecimento à custa do Estado. Ou seja, se a exigência de rigor for "quem não gerir bem, vai para a rua", não pode passar pela cabeça de alguém fazer pelo meio um favor a um amigo. Não há espaço para isso.

**Estatisticamente, são poucos os casos de condenação por corrupção. Mesmo nos famosos inquéritos que vão surgindo na praça pública, há sempre curvas e contracurvas que fazem com que os processos sejam inconsequentes. O Código de Processo Penal não enquadra estas práticas como crime de corrupção?**

**PM** - O Código de Processo Penal é um instrumento que oferece demasiadas garantias para o combate ao crime da corrupção. O Código funciona com base em vários princípios. Um deles, por exemplo é o da oralidade, que diz que a prova tem de ser produzida perante o juiz. Produzir prova do fenómeno de corrupção, que muitas vezes se baseia numa troca de favores, desfasada no tempo e na pessoa, é impossível. É uma espécie de "caça ao fantasma". É também um crime de difícil notícia. Estarmos a focar totalmente o combate à corrupção nesta perspectiva mais judicial é uma manobra de diversão.

**Porquê?**

**PM** - Por exemplo, no Reino Unido, existem vários indicadores de bom funcionamento do poder local, em que, por exemplo, basta a um jornalista pegar em factos para que se torne incómodo para o gestor autárquico. Por que razões não podem existir indicadores desse tipo cá?

**Estes casos de pequena corrupção que são ironizados em vários diálogos do livro, acabam por criar o tal caldo de cultura de que falava Pacheco Pereira. Acha normal que um governante ou um funcionário público recebam presentes?**

**PM** - O problema não é apenas o das pequenas prendas. A corrupção é de muito maior importância quanto maiores forem os negócios. É favorecida por um fenómeno que se está a dar no campo do político, que tem sido pouco analisado, que é um fenómeno de falsa transparência. Ao mesmo tempo que há, aparentemente, um maior escrutínio da acção política, assistimos ao facto de as decisões mais importantes, que envolvem negócios com milhões, serem deslocadas para áreas do sistema político que não são

”

O CPP diz que a prova tem de ser produzida perante o juiz. Produzir prova do fenómeno de corrupção, que muitas vezes se baseia numa troca de favores, desfasada no tempo e na pessoa, é impossível. É uma espécie de "caça ao fantasma".

**Paulo Morgado**

escrutinadas. Porque são informais. Essas decisões saem do Conselho de Ministros, das comissões políticas dos partidos... Saem dos órgãos formais que ninguém verdadeiramente consulta sobre estas coisas e passam para os assessores, para gabinetes, para task-forces, que são constituídos na base da confiança pessoal. Não há escrutínio sobre estas áreas cinzentas. Assistimos também na política portuguesa a uma valorização no processo de decisão desses grupos informais, em detrimento dos grupos formais. O escrutínio, aparentemente, está todo em cima da Assembleia da República, onde não se decide nada de realmente importante. E à medida que se profissionalizou o apoio à acção política, com agências de comunicação, com técnicos e especialistas em várias matérias, ainda menos acessível o conhecimento sobre estes meandros.

**Como liga esses aspectos à corrupção?**

**PM** - A corrupção centrava-se na

administração pública, no Estado, nos procedimentos autárquicos... Até que, quando da revisão constitucional, passou a haver um mercado. Hoje, a corrupção não pode apenas ser vista apenas como uma corrupção administrativa e burocrática dentro do Estado e das empresas públicas. Há uma economia que movimenta milhões, que toma decisões sobre grandes obras públicas, sobre fundos da União Europeia.

**Num dos capítulos do livro, o Paulo retrata o jornalista mais como um agente passivo, como uma vítima de uma tela que envolve governantes, os donos dos meios de comunicação social e os anunciantes, como agentes activos da corrupção.**

**PM** - Os jornais dizem que não podem fazer jornalismo de investigação porque é muito caro. Duvido. Há tanta coisa observável a partir de fontes abertas que, em bom rigor, não há qualquer razão para ser caro fazer trabalho de investigação.

**Por que não é feito?**

**PM** - Há muita preguiça no jornalismo e, por outro lado, há pouca pulção por este tipo de actividade. É uma actividade perigosa, com riscos. O nosso jornalismo vive muito da fonte oral. Publica poucos documentos. E os que publica são fruto da vingança de A contra B.

**O juiz conselheiro Santos Cabral, num levantamento feito em 2006, concluiu que dos inquéritos iniciados pela PJ por suspeita de prática de crime de corrupção, quase metade (48%) vinha do Estado, maioritariamente das autarquias (41%). Isto reflecte a percepção que tem?**

**PM** - Todos os estudos científicos sobre a matéria ou de autoridades envolvidas nessa matéria -- desde a "velha" Alta Autoridade Contra a Corrupção, cujos arquivos foram congelados num cofre, algures -- mostraram que há uma parte importante de corrupção nas autarquias. Nem pode não deixar de ser, porque, por exemplo, em matéria de ordenamento urbano ou de autorização de construção, é óbvio que há sucessivas entorses à legalidade do próprio funcionamento das autarquias. E contrariamente ao que se diz, os portugueses não reagem contra a corrupção. Isso é uma ideia feita, com base nas conversas de café e das cartas para os jornais. Nos momentos decisivos são relativamente indiferentes à corrupção. Por exemplo, votam em pessoas que estão envolvidas em processos de corrupção.

melhança do que se faz na iniciativa privada. É inconcebível para um gestor privado poder ser avaliado apenas pelo facto de praticar ou não "crimes de colarinho branco". As empresas cotadas são obrigadas a prestar contas da sua actividade. Muitas vezes despedem caso não se cumpram os objectivos que o accionista fixou.

**Mas isso não impede que, de vez em quando, vejamos empresas cotadas envolvidas, por exemplo, em financiamentos ilícitos de partidos.**

**PM** - Mas isso prende-se com um outro aspecto da questão que o crime de corrupção não procura proteger em primeira instância. Aquilo que primeiramente procura proteger é, da parte da administração pública, não haver quem possa ter acesso a um benefício que é de todos. Claro que há sempre o outro lado e, eventualmente, os financiadores estão do outro lado da questão. Mas a obrigação de prestar contas sobre a sua gestão, de